

DECLARAÇÃO DE NADA CONSTA

A quem interessar possa,

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, DECLARO, para os devidos fins, que não há registros, pendências ou restrições relacionadas a mim nos seguintes órgãos e instituições:

1. Receita Federal do Brasil;
2. Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;
3. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
4. Justiça do Trabalho e demais esferas judiciais;
5. Órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, etc.);
6. Cartórios de Protesto e Registros Públicos;
7. Outros órgãos pertinentes à esfera pública e privada.

Declaro ainda que esta certidão é verdadeira e que não possuo quaisquer débitos, processos, ações judiciais, administrativas ou fiscais que possam comprometer minha idoneidade perante a sociedade, órgãos públicos ou privados.

Esta declaração é emitida para fins de comprovação pessoal, apresentação em processos seletivos, contratação, obtenção de créditos, ou quaisquer outras finalidades legais que se fizerem necessárias.

Estou ciente de que a falsidade desta declaração sujeita-me às sanções legais previstas no Código Penal Brasileiro, especialmente no artigo 299, que trata da falsidade ideológica.

Por ser verdade e para que produza seus efeitos legais, firmo o presente documento.

Local: _____

Assinatura: _____

Nome completo

Testemunhas:

1. Nome: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

2. Nome: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

Observação: Documento emitido sem rasuras, datado e assinado, com reconhecimento de firma em cartório para validade plena.

Este documento é válido para todos os fins legais e comprova a inexistência de impedimentos ou pendências do declarante.

Fonte original deste documento:

<https://documentos-juris.com/nada-consta/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.